



PRR aprovado. E agora?



**Manuel
Reis Campos**
Presidente da CPCI
e da AICCOPN
www.aiccopn.pt

A aprovação do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência nacional, por parte da Comissão Europeia, era um momento esperado, mas, ainda assim, extremamente importante. Em primeiro lugar, porque acontece dentro do calendário previsto, o que é uma questão determinante para um instrumento como este, em que a capacidade de planear e executar corretamente num horizonte temporal muito curto é uma das principais exigências. E, em segundo lugar, porque se cumpre um marco relevante e, ao que tudo indica, os primeiros fundos poderão começar a chegar ao nosso País em julho, recursos que são essenciais para concretizar este plano, apoiar de uma forma efetiva a retoma e consolidar uma trajetória sustentada de recuperação económica e de criação de emprego.

A Senhora Presidente da Comissão Europeia fez questão de referir que “o trabalho difícil começa agora” e, efetivamente, entramos numa nova fase deste grande desafio que é implementar uma estratégia de recuperação que permita reverter o profundo impacto da crise gerada pela pandemia e, simultaneamente, aumentar a competitividade e a resiliência da economia nacional, objetivo para o qual é essencial o contributo das empresas nacionais e, em particular, do Setor da Construção e do Imobiliário.

E, tendo em conta a situação atual que estamos a atravessar, com uma conjuntura fortemente condicionada por fatores penalizadores como a falta de mão-de-obra qualificada, a escassez e aumento exponencial do preço das matérias-primas ou o incremento de custos e redução de produtividade resultantes da

necessidade de cumprimento das medidas no âmbito do combate à pandemia, tornou-se ainda mais premente, como sempre defendemos, um rigor absoluto no planeamento e na calendarização dos projetos, assegurando que as empresas portuguesas têm possibilidade de se preparar, atempadamente, para este grande desafio, posicionando-se de forma competitiva.

É certo que a utilização correta e em tempo útil destes recursos europeus é um imperativo que deve unir toda a sociedade, de forma a que estes possam alavancar Portugal e o tecido empresarial português, recolocando-nos numa rota de convergência com a restante Europa e projetando-nos, de forma competitiva, neste Mundo cada vez mais complexo, mas global. Trata-se de um mecanismo inovador, que exigiu um esforço de articulação sem precedentes na União Europeia.

Saibamos nós, agora, no plano interno, dar uma resposta, também ela, sem precedentes. E isso passa, desde logo, por olhar para os problemas concretos das empresas portuguesas, de todas as especialidades e dimensões, e apoiar a sua transição para as novas exigências, ajustar mecanismos essenciais como a formação profissional e permitir que estas possam antecipar, com transparência e segurança, aquilo com que podem contar. A sua competitividade perante uma concorrência externa crescente é determinante, para que se possam maximizar os impactos dos investimentos previstos na economia e no emprego de Portugal, porque só com um tecido empresarial nacional mais forte e competitivo, teremos um futuro mais sustentado.